

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ATA DA 9º REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BIÊNIO 2021/2022

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e vinte e dois minutos, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova, a nona reunião da Comissão de Serviços Públicos Municipais, sob a presidência da Vereadora Suellenn Christina Nascimento Monteiro e com a presença dos vereadores Wellerson Mayrink de Paula e Emersânio Pinheiro de Carvalho. A reunião contou também com a presença do Assessor Legislativo, Edinei dos Santos, do Procurador Jurídico, Acácio Mucci Neves, e do Agente Administrativo Analista, Bruno Sigueira Andrade, Iniciando os trabalhos, os vereadores apreciaram os sequintes projetos de lei: 1) PLC 3.868/2021 - Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 2.058/1995 - Código Tributário Municipal, sobre a instituição da taxa de manejo de resíduos sólidos urbanos, TMRS, no âmbito do Município de Ponte Nova e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações acerca desse Projeto de Lei Complementar para emissão de parecer; 2) PLC 3.882/2022 - Dispõe sobre a aplicação do direito real de laje no Município de Ponte Nova. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei Complementar; 3) PLC 3.883/2022 - Altera a lei complementar n° 4.029/2016, que dispõe sobre o plano diretor, e a lei complementar nº 3.445/2010, que dispõe sobre ocupação, uso do solo e zoneamento, para incluir o direito de superfície e o direito de laje entre os instrumentos jurídicos de política urbana e ordenamento territorial. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei Complementar; 4) PLS 3.887-02/2022 - Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. A Comissão deliberou por discutir e votar em Plenário parte do Projeto de Lei Substitutivo que trata da implantação de Usina Fotovoltaica. Deliberou também pela supressão de parte desse projeto que trata das Ações do Fundo da Infância e da Adolescência. A Comissão ainda deliberou por sobrestar parte desse projeto que trata da Manutenção do Fundo Municipal de Patrimônio, dando origem ao Projeto de Lei Substitutivo nº 3.887-03/2022, que permanece em análise nesta Comissão para emissão ulterior de parecer; 5) PL 3.894/2022 - Autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão do imóvel doado ao Instituto Nacional do Seguro Social ao patrimônio do Município. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações sobre o Projeto de Lei para emissão de parecer; 6) PLC 3.895/2022 - Altera a Lei Complementar nº 4.129/2017, para criar uma vaga de Chefe de Departamento Jurídico na Secretaria Municipal de Educação; altera a Lei Complementar nº 4.238/2019, para criar três vagas para o cargo de Psicólogo e três vagas para o cargo de Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Federal nº 13.935/2019, e dá outras providências. A Comissão deliberou por discutir e votar o Projeto



de Lei Complementar Substitutivo em Plenário; 7) PLC 3.896/2022 - Altera a Lei nº 4.238/2019, criando vagas em cargos públicos, cria três funções públicas de Auxiliar Administrativo I, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações sobre o Projeto de Lei Complementar para emissão de parecer; 8) PLS 3.899-02/2022 - Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. Não obstante a emissão de parecer desta Comissão a esse projeto, proveniente de reunião realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, a Presidente deliberou por retornar o projeto para a pauta desta reunião, com o intuito de ampliar as discussões que envolvem o projeto. Isso posto, a Comissão deliberou por aguardar maiores informações, com voto vencido do vereador Emersânio Pinheiro de Carvalho, que votou pela discussão e votação do Projeto de Lei Substitutivo em Plenário; 9) PLC 3.900/2022 - Altera o parágrafo 5º do artigo 40 da Lei Municipal nº 3.027/2007, que dispõe sobre o Código Municipal de Posturas; e altera o artigo 16 da Lei Municipal nº 4.141/2017, para dispor sobre o procedimento de apreensão e remoção de veículos abandonados. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei Complementar; 10) PL 3.901/2022 - Dispõe sobre a criação do Adicional de Participação em Equipe de Coleta de Resíduos e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações sobre o Projeto de Lei para emissão de parecer; 11) PL 3.902/2022 - Autoriza contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. A Comissão deliberou por discutir e votar o Projeto de Lei em Plenário, sem emendas; 12) PLC 3.903/2022 - Altera a Lei Complementar nº 3.445/2010, para estabelecer diretrizes quanto à delimitação das áreas não edificáveis, localizadas às margens dos corpos d'água, em Área Urbana Consolidada, nos termos do artigo 4º da Lei Federal 12.651/2012, Lei Federal 6.766/1979 e Lei Federal nº 14.285/2021. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei Complementar; 13) PL 3.904/2022 - Autoriza o Município de Ponte Nova a contratar com Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei; 14) PLC 3.905/2022 - Altera a Lei Complementar nº 4.238/2019, para criar vagas nos cargos de Educador Social Artes Artesanato e Educador Social Música, autoriza a contratação temporária e excepcional para as funções públicas correspondentes, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar maiores informações sobre o Projeto de Lei Complementar para emissão de parecer; 15) PL 3.906/2022 - Autoriza o Município de Ponte Nova a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei; 16) PL 3.907/2022 - Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei; 17) PL 3.908/2022 - Altera os anexos da Lei Municipal nº 4.532/2021, que institui o PPA, Plano Plurianual, para o quadriênio 2022-2025, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aguardar melhor análise do Projeto de Lei; 18)



PLC 3.915/2022 - Dispõe sobre vencimentos dos profissionais do magistério, para adequação ao piso salarial nacional fixado pela Portaria nº 67/2022 do Ministério da Educação, altera a Lei nº 4.537/2022 e as Leis Complementares nº 2.728/2003 e nº 4.238/2019, e dá outras providências. A Comissão deliberou por aquardar melhor análise do Projeto de Lei Complementar. Na oportunidade, a Comissão também deliberou por: 1) enviar ofício de moção de congratulação ao Engenheiro Antônio Carlos pela contribuição no aprimoramento dos Projetos de Lei nº 3882/2022 e nº 3883/2022; 2) enviar ofício ao Executivo, solicitando informações sobre eventual projeto de construção de edifício que pretende comportar repartições municipais relacionadas à proteção à mulher e à assistência social, em local cedido ao Instituto Nacional de Seguro Social/INSS pela Prefeitura, cujo processo de reversão é solicitado no Projeto de Lei nº 3.894/2022; 3) enviar ofício ao INSS, solicitando informações acerca dos possíveis impactos causados na prestação dos serviços do Instituto no município pela eventual aprovação do Projeto de Lei nº 3.894/2022; 4) enviar ofício ao Executivo, convidando o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Bruno do Carmo, para reunião desta Comissão, que será realizada no dia vinte e seis de maior de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, para tratar de assuntos pertinentes ao Projeto de Lei nº 3.901/2022, bem como solicitar o envio de informações relacionadas a esse Projeto de Lei; 5) enviar ofício ao Executivo, solicitando assinatura do responsável técnico no impacto orçamentário e financeiro apresentado no Projeto de Lei 3.902/2022; 6) enviar ofício ao Executivo solicitando informações acerca do Projeto Lei nº 3.905/2022; 7) elaborar requerimento que solicita informações ao Executivo sobre o funcionamento atual do Centro de Apoio Psicossocial de Ponte Nova - MG e sobre os leitos de retaguarda disponibilizados; 8) enviar ofício ao Ministério Público de Minas Gerais, solicitando informações a respeito da existência de procedimento preparatório, inquérito civil ou outro procedimento administrativo ou investigatório contra o Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI). Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos às dezessete horas e trinta e oito minutos. Assim, lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

Suellenn Christina Nascimento Monteiro Presidente Emersânio Pinheiro de Carvalho Secretário

Wellerson Mayrink de Paula Membro